

Paços dos arcebispos de Lisboa

Deve ser longa e importante a historia d'este edificio: longa porque a fundação d'elle data, provavelmente, do seculo XIII, e importante porque muitos dos bispos e arcebispos de Lisboa tomaram parte activa nos acontecimentos politicos do paiz.

Quem ler as nossas chronicas antigas verá representarem muitos prelados d'esta diocese nos campos de batalha, manejando a espada pela independencia de Portugal, ou pela honra do nome portuguez; nas luctas do poder real com as temporalidades ecclesiasticas, capitaneando o clero, e oppondo toda a sorte de resistencias á coroa; nas discordias civis, incitando e armando contra si os populares, ao ponto de ser um d'esses prelados lançado do alto das torres da sua propria sé [1], e outro desterrado do paiz, e os seus bens e rendas sequestradas. [2] Vêl-os-ha tambem nas revoluções patrioticas, pugnando pela liberdade do povo, e pela legitimidade do rei contra o dominio estranho. Ha de achal-os nas funcções elevadas de seu ministerio sagrado, presidindo synodos que ficaram memoraveis por disposições sábias e utilissimas. Ha de encontral-os finalmente no serviço de Deus ou da nação, partindo para embaixadas longinquas, ou impugnando corajosamente os projectos loucos de um monarcha imprudente e aventuroso, ou empunhando ao mesmo tempo o baculo e o leme do estado. [1]

[1] O bispo D. Martinho, que foi morto pelo povo no dia 6 de dezembro de 1383.

[2] O arcebispo D. Pedro de Noronha por occasião das disputas da regencia do reino em 1439.

Todavia os nossos chronistas occupam-se tão pouco, ordinariamente, dos logares que serviram de theatro aos successos que vão narrando, que rarissimas noticias archivaram ácerca dos paços episcopaes. O proprio auctor da *Historia Ecclesiastica de Lisboa*, o erudito arcebispo D. Rodrigo da Cunha, foi bem laconico, por não dizermos descuidado, n'essa materia.

Por conseguinte, tendo nós de entrar sem guia em labyrintho tão escuro, será forçoso que nos demoremos pouco ahi.

Não se sabe ao certo quem foi o fundador d'aquelles paços; julgando-se porém com alguma razão, que seria um dos primeiros bispos de Lisboa, depois que esta cidade foi tomada aos moiros por el-rei D. Affonso Henriques no anno de 1147, devemos suppor que a fabrica primitiva era pequena e humilde, porque assim o pediam a singeleza dos costumes e a frugalidade do viver n'aquella era.

[1] O cardeal infante D. Henrique, arcebispo de Lisboa e regente na menoridade del-rei D. Sebastião; o arcebispo D. Jorge de Almeida, membro do governo instituido por D. Sebastião, quando partiu para Africa; os arcebispos D. Miguel de Castro, D. Affonso Furtado de Mendonca, membros do governo, no dominio de Castella, e D. João Manuel, vice-rei, tambem durante a usurpação dos Filippes.

O terremoto que affligiu Lisboa na primeira metade do seculo XIV, arruinou a capella-mór da sé, e destruiu tambem o palacio episcopal. [1]

D. Affonso IV, que então reinava, mandou reedificar a capella-mór, e foi uma reconstrucção completa, ou nova fundação, porque as paredes da antiga ficaram por tal modo abertas de alto a baixo por aquelle cataclismo, que foi mister demolil-as até aos alicerces.

Os paços episcopaes foram ao mesmo tempo reconstruidos pelo bispo de Lisboa D. João Affonso de Brito, e cremos que por essa occasião foram muito augmentados e melhorados.

Nos fins do dito seculo XIV, e no decurso do XVI sobrevieram outros terremotos que causaram mais ou menos estragos n'este edificio, mas que foram promptamente reparados.

Achando-se porém bastante arruinado no governo do cardeal D. Luiz de Sousa, elevado á cadeira metropolitana de Lisboa em 1676, mandou proceder este prelado a grandes obras de reedificação.

O cardeal D. Luiz de Sousa era filho de Diogo Lopes de Sousa, 2.º conde de Miranda, e foi um dos arcebispos de Lisboa que viveu com mais fausto e grandeza. Os seus paços da sé, depois de concluidas aquellas obras, foram ornados com bastante riqueza. Encerravam alguns paineis de muito primor, devidos ao pincel de grandes mestres nacionaes e estrangeiros, e uma livraria, pela maior parte colligida por elle, e que era uma das mais copiosas e mais ricas que então haviam na cidade, a qual na opinião de varias pessoas entendidas levava vantagem ás magnificas bibliothecas dos condes da Ericeira e do Vimieiro.

Tendo sido creado o seminario patriarchal por bulla do papa Benedicto XIV, em 1741, foi estabelecido este instituto no palacio dos arcebispos. D. Thomaz de Almeida, que foi o primeiro patriarcha de Lisboa, residiu primeiro no palacio de seus paes, no Campo de Santa Clara [2], e depois no palacio dos marquezes de Niza, na calçada do Duque proximo do largo de S. Roque.

O terremoto de 1755 arruinou a sé, e destruiu os paços dos arcebispos. Foi restaurado o templo, posto que com menos grandeza que outr'ora; mas o palacio ficou em ruinas.

Este edificio era contiguo á cathedral, e communicava-se interiormente com o templo pelos lados do norte e do sul. Tinha tres frentes: a do norte, sobre a rua do *Arco do Limoeiro*, onde ficava a entrada principal; a de léste, com outra entrada pelas *escadinhas do Quebra Costas*; e a do sul, sem porta alguma, caindo sobre a rua das *Cruzes da Sé*.

A nossa gravura mostra esta ultima frontaria, e parte da penultima. Estão alli bem distinctas a obra antiga e a moderna. As altas muralhas de pedra tostada e carcomida, com seus gigantes, um arco, e uma unica janella, de volta redonda, são da fabrica primitiva. O que resta dos dois andares do paço, que sobre ellas corriam, pertence ás reedificações do seculo XVII e XVIII. O casebre que está mettido no vão do arco foi alli aninhar-se depois do terremoto de 1755.

As outras paredes mais elevadas, e tambem fortalecidas com gigantes, são do templo. A grande janella que se vê na sua maior altura, junto do palacio, era d'aquella parte da sé, a que o terremoto de 1755 derrubou a abobada, e que permanece descoberta. O edificio que se lhe segue para oeste, feito de novo depois d'aquelle successo, é a sacristia, casa do cabido, etc.

A frente de léste, sobre as *escadinhas do Quebra Costas*, é a que conserva mais vestigios da architectura antiga d'estes paços. A sua porta, de verga redonda, e principalmente as suas quatro grandes janellas ogivaes guarnecidas de columnas, e que não pertenciam ao andar nobre, mas sim ao pavimento inferior, dão testimunho da magnificencia dos paços episcopaes do seculo XIV.

Assignando esta data, devemos todavia dizer, que temos para isso mais razões plausiveis que fundamento real. Porém, se não podêmos auctorisar a nossa asserção com documento incontroverso, muitas e ponderosas conjecturas nos levam a attribuir essa parte do edificio á fundação ou reedificação do bispo D. João Affonso de Brito.

A fachada do palacio, do lado do norte, é a que tinha sido mais alterada nas reconstrucções modernas. O cataclismo do seculo passado por tal modo a prostrou, que pouco mais lhe deixou de pé que o portal, obra do arcebispo D. Luiz de Sousa. Entrando-se por elle vêem-se as arcadas de um pateo ou claustro, em ruinas, e algumas partes do palacio conservadas e servindo, tudo isto restos da reedificação do dito prelado.

I. DE VILHENA BARBOSA.

[1] Alguns escriptores põem este successo no anno de 1344, e outros em 1356; porém D. Rodrigo da Cunha diz que no tempo do bispo D. João Affonso de Brito se começou e acabou a reedificação da capella-mór da sé, e este prelado falleceu em 1341. Além d'isto consta de uma inscripção mandada pôr na charola da mesma sé por el-rei D. Affonso IV, que a referida obra se concluiu no anno de 1334 da era de Christo.

[2] Este palacio mandou o mesmo prelado demolir mais tarde, edificando em seu logar o que ora vemos, e que elle deu a seu irmão o conde de Avintes. Pertence hoje a seu herdeiro o sr. marquez de Lavradio, e conde de Avintes.

ALGUNS REPAROS

Á «*Breve Dissertação* sobre o logar da sepultura da rainha D. Mafalda, mulher del-rei D. Affonso Henriques», escripta pelo sr. dr. F. A. Rodrigues de Gusmão, e publicada no *Archivo Pittoresco*, tom. V (1862) pag. 43 e 51.

Li, ha pouco, a *Dissertação* supracitada, e começo declarando que, se o seu illustre auctor se houvesse contentado tão sómente de reproduzir o documento de 1832, extrahido da *Gazeta de Lisboa*, n. 258 d'aquelle anno, nenhuma duvida ou reparo tivera que lhe oppor, não tendo eu por mira, no presente artigo, rebater a narrativa contida n'aquelle documento, nem discutir ácerca do logar em que realmente jaz a rainha D. Mafalda. Mas as observações que precedem o texto da noticia extrahida da *Gazeta de Lisboa*, desconhecendo o sentido de algumas expressões que se acham nas *Memorias das Rainhas de Portugal*, por mim publicadas em 1859, obrigam-me a pegar na penna para demonstrar a semrazão com que a intelligencia d'aquellas minhas palavras foi alterada, sendo aliás tão obvia.

Dois são os pontos em que mais insisto, e que pedem antes de tudo rectificação:

1.º O sr. dr. Rodrigues de Gusmão parece ter-se possuido da idéa de que eu *negava* a trasladação do corpo de D. Mafalda para o mausoléo de seu marido D. Affonso Henriques, quando não fiz mais do que *duvidar* d'ella: o que se prova plenamente pelos seguintes trechos (vid. *Memorias das Rainhas de Portugal*, nota IV no fim do vol., pag. 233): «Fica pois provado que as rainhas (D. Mafalda e D. Dulce) foram sepultadas em Santa Cruz; *mas não ha a mesma certeza* de que os seus restos estejam actualmente juntos aos de seus esposos;» e mais adiante (pag. 234): «*O que mais parece de crer*, é que os ossos de D. Mafalda e de D. Dulce continuam a jazer no sitio em que primitivamente foram sepultados, *ou talvez* estejam confundidos com outros debaixo das lages de Santa Cruz.» São pois duvidas, conjecturas, nada mais: em nenhuma passagem das *Memorias*, nem no texto, nem nas notas, se poderá achar negativa absoluta a este respeito.

2.° E é este o meu maior reparo. O sr. dr. Rodrigues de Gusmão assaca-me o «excluiu a todos (i. e. varios historiadores que menciona), sem excepção, *da categoria de fidedignos;*» e continúa: «Ignoramos os motivos com que *fulminou este anathema infamante* contra tantos varões esclarecidos.» E ao fechar a sec. v da sua *Dissertação*, diz: «Reconhecerá tambem que procedeu com manifesta injustiça, *degradando da categoria de escriptores fidedignos* os que affirmaram, que D. Mafalda se achava no jazigo de seu marido.»

Ora esta accusação — que em vista do que se acha exarado em varias passagens da minha obra não tem cabida, salvo com referencia a um dos escriptores citados pelo illustre auctor da *Breve Dissertação*, e do qual terei de occupar-me em breve — funda-se unicamente no seguinte periodo das *Memorias das Rainhas*, pag. 54: «Foi sepultada (D. Mafalda) no mosteiro de Santa Cruz; mas ignora-se hoje o local preciso, por não restarem vestigios do seu tumulo, *nem devemos dar fé aos que dizem* que seu corpo se transferíra para o novo mausoléo, dedicado pelo rei D. Manuel á memoria do fundador da monarchia, onde os restos d'este jazem actualmente.»

A esta passagem aprouve ao sr. dr. Rodrigues de Gusmão dar uma interpretação insustentavel, como se eu rejeitasse *in limine* a auctoridade d'esses escriptores! Nunca tal me passou pela mente. Apenas a recusei, como ainda a recuso, no assumpto especial de que eu tratava. E pergunto, procedendo assim, deixei-me levar porventura de meros preconceitos? pequei contra as regras da boa critica? Vejamos.

É principio conhecido e admittido que nenhum auctor por mais abalisado, por maior que seja a sua «*nomeada na republica das letras*», póde ser considerado como auctoridade absoluta e irrecusavel pelo que toca aos factos não pertencentes á sua epocha, quando deixa de apresentar ou citar as provas em que os assenta; pelo contrario, n'este presupposto, perde o direito de fazer fé. Enumeremos agora os historiadores contra os quaes o distincto auctor da *Breve Dissertação* se persuadiu que eu *fulminára um anathema infamante;* são elles os seguintes:

Fr. Antonio Brandão, auctor da *Monarchia Lusitana*, Parte 3.ª e 4.ª

D. Nicolau de Santa Maria, chronista da *ordem dos Conegos Regrantes de Santo Agostinho.*

D. Antonio Caetano de Sousa, genealogista da *Casa Real.*

João Baptista de Castro, auctor do *Mappa de Portugal.*

Estes quatro escriptores affirmam todos que o corpo de D. Mafalda se trasladára para o moimento levantado á memoria de D. Affonso Henriques; mas todos elles escreviam mais de um seculo depois da data da trasladação. Não podem, pois, fazer fé quanto aos incidentes que se ligam áquelle acto, sem se auctorisarem n'algum documento ou escripto da epocha, ou em outro testimunho acceitavel, que os guiasse ao certo. Nada direi dos dois ultimos, por quanto não fazem mais do que ater-se á affirmativa ou opinião de Brandão. Este, porém, cita uma memoria de Santa Cruz, unica em que pretende estribar o facto da trasladação da rainha. Mas releva notar, que o proprio Brandão é o primeiro a confessar que na tal memoria pouco se fiava, como referi a pag. 234 das *Memorias*, citando-se textualmente a pag. 44 do *Archivo Pittoresco* a duvida d'aquelle historiador escrupuloso: «no que não posso assegurar coisa certa (i. e. na trasladação de D. Mafalda), por não me parecerem as memorias muito authenticas.»

O sr. dr. Gusmão estranha a minha suspeita, de que Nicolau de Santa Maria se arrimasse á mesma memoria assim condemnada por Brandão, podendo, diz elle, «a noticia haver chegado ao conhecimento do chronista (D. Nicolau) por mui diversa via.» Mas não citando D. Nicolau texto algum, nenhuma consideração merece a sua noticia, que, de mais a mais saiu errada a outro proposito, como já mostrei a pag. 234 das *Memorias das Rainhas;* pois que, fallando nos corpos que se acharam no *antigo* tumulo de D. Sancho I, affirma D. Nicolau que com os do rei, de sua mulher D. Dulce, e outros mais, deram com os restos mortaes da infanta D. Berengaria, sendo coisa certa e averiguada que esta princeza tomou estado em Dinamarca, onde falleceu; e que tambem alli encontraram o corpo de D. Constança Sanches (filha natural de D. Sancho I e D. Maria Paes Ribeira), constando ao contrario que ella se mandára sepultar em tumulo separado, construido em sua vida (vid. o Testamento de D. Constança na Hist. Geneal. da Casa Real, tom. I das Provas), e cujo epitaphio traz Brandão (Mon. Lusit. p. 4 l. 15 c. 36).

A memoria de Santa Cruz, citada por Brandão, acreditára como bastante testimunho a trasladação da rainha, se elle a houvesse acceitado como documento insuspeito, o que não fez. Nunca desprezei, em regra, a auctoridade de Brandão, abonada devéras com o criterio que se nota sempre nas suas obras; e mais de uma vez, tive occasião de lhe tributar o respeito e consideração, que de todos merecidamente recebe: por signal a pag. 258 das *Memorias das Rainhas*, lê-se a certo proposito: «Mas a isso se oppunha a respeitabilidade dos Brandões (Antonio e Francisco), *cuja auctoridade é sempre de grande peso.*»

Outro tanto não posso dizer de Nicolau de Santa Maria, e na referida obra (nota 4 da pag. 45), manifestei a minha opinião a respeito d'este chronista: «O auctor d'esta chronica (i. e. dos Conegos Regrantes), D. Nicolau de Santa Maria, tem sido convencido de tantos erros, se não fraudes, nas noticias que nos transmittiu, que pouco do que allega merece credito, a não ser comprovado por outras auctoridades.» João Pedro Ribeiro, e outros escriptores de conta, já haviam dado provas da pouca estimação em que por elles era tida a «Chronica dos Conegos Regrantes», como livro historico, quando me coube apontar varios erros palpaveis, e contradicções em que caíra o seu auctor, como se póde ver consultando as *Memorias das Rainhas* na já referida nota 4 da pag. 45: tambem a pag. 61, nota 2; e pag. 62, nota 2, havendo talvez outros que me não occorrem n'este momento.

Pouco mais acrescentarei. No tocante á sec. II da *Breve Dissertação (Archivo Pittoresco* pag. 43), apenas direi que já me havia lembrado a singeleza que se dava nos tumulos, das pessoas de maior jerarchia até, nas eras primitivas da monarchia, pois que a pag. 235 das *Memorias* (fim da nota IV), disse: «... attendâmos, de mais a mais, a que então as sepulturas eram de fabrica mui singela, e não raro sem epitaphios, abrindo assim a porta ao esquecimento, e, até, á sua total perda.»

Quanto ao que se lê na sec. IV (id. pag. 51), permitta-me o meu respeitavel contradictor que lhe diga — *in eodem hæsitas luto.* Se o não achar-se exarado o nome da rainha no epitaphio do mausoléo, é argumento negativo para a minha these, tambem o é para a antithese o dizer-se, como diz em substancia o sr. dr. Rodrigues de Gusmão, que a importancia secundaria de D. Mafalda faria com que se não commemorasse a sua trasladação para o jazigo do marido.

Na sec. V admira-se o sr. dr. Gusmão de que as minhas investigações me não deparassem a narrativa de 1832. A isto responderei, que raras vezes succede a um auctor esgotar todas as fontes que lhe podem subministrar noticias relativas á materia de que trata. Se o tempo soe desbaratar e apagar os vestigios do passado, tambem costuma descobril-os: as verdades historicas, como as obras do progresso da humani-

dade, vão-se amontoando e apurando com o correr dos annos e dos seculos. Para serem acrescentados, desenvolvidos ou corrigidos, quando não esquecidos, aos vindoiros entregâmos os pensamentos, as idéas, os trabalhos que, ainda incompletos, passam a outros: o aperfeiçoamento não pára; é como a vida, cujo facho não morre, mas se vae transmittindo de geração em geração. — «*Et, quasi cursores, vitae lampada tradunt,*» como diz Lucrecio.

Dando remate a este artigo direi, que se por um lado a narrativa de 1832, reproduzida pelo sr. dr. Rodrigues de Gusmão, prova que as cinzas da rainha D. Mafalda estão juntas ás de seu marido D. Affonso Henriques — pois que se me não depara motivo para pôr em duvida a veracidade de quem escreveu aquelle documento; — por outro lado julgo ter demonstrado que me era licito, e mesmo imposto pelas regras da hermeneutica, rejeitar a auctoridade dos quatro referidos escriptores no caso sujeito. E o facto de se achar a affirmativa dos mesmos corroborada por um documento posterior, de que eu nenhum conhecimento tinha, não póde destruir a solidez das razões que me guiaram n'aquella deliberação.

Petropolis, 2 de março 1863.

FREDERICO FRANCISCO DE FIGANIÈRE.

EGREJA DO SENHOR JESUS DA PEDRA

Não vou fallar da antiga Obidos, d'esse alcaçar turdetano e moirisco, edificado n'uma das mais defensaveis posições bellicas da *Hesperia Ultima* dos gregos, e da *Lusitania* dos romanos; nem das suas muralhas e castellos; ou das suas tradições, antiga historia e modernos acontecimentos. Descerei do vertice d'esses rochedos, por sinuosas avenidas, recostadas com rapido descenso sobre o éste de tão celebre oiteiro, dirigindo-me para os amenos arrabaldes, cujas recordações existem profundamente gravadas na minha memoria, effeito natural de affeição e patriotismo.

É da sumptuosa egreja do Senhor Jesus da Pedra, que se levanta, magestosa e elegante, no meio d'essa risonha planicie, cercada de viçosa vegetação, frondosas collinas e agrestes penhascos, que hoje tratarei, descrevendo-lhe a situação topographica, e as magnificencias da sua construcção.

Distante da villa de Obidos uns 500 metros, no centro de um quadrilongo cercado de casas e muros, está edificada a famosa egreja do Senhor Jesus da Pedra, sitio a que hoje dá o nome, porque antigamente lhe chamavam os Areeiros, e tambem casal da Pedra, em consequencia de um casal que alli havia assim denominado. Julga-se que d'elle tomasse a imagem o cognome, posto seja esculpida em pedra.

Este sitio, que fórma, para assim dizer, uma ampla bacia, e em cujo centro, com imperiosa altivez, se ostenta o grande templo, é atravessado por uma extensa ponte, que está por acabar, e cercado de formosas serras, que augmentam a belleza do local e do edificio.

A villa de Obidos foi dotada pela natureza com as mais bellas cercanias para passeio; todavia o sitio do Senhor da Pedra é sempre o preferido e mais concorrido, porque, na verdade, enleva os sentidos. O observador, collocado em frente d'esse magnifico templo, contempla a sua alterosa fachada, que, sem a mais pequena fenda nas paredes ou deslocação nas pedras, se apoia na solidez de seus alicerces, d'onde se erguem até uma grossa e resaida cimalha, duplos cunhaes, em cuja ligação não fez o mais pequeno damno o ultimo terremoto, nem o de 1755, a que resistiu victoriosamente; admira a cupula, que fórma uma pyramide exagonal, guarnecida de telhas verdeadas e refulgentes; sobre estas carrega um grande globo, sustentando uma alta cruz que remata o fastigio do templo, o qual medirá cerca de 35 metros de altura. Attenta depois nas janellas, censurando o architecto, e desejando poder destruir essa posição contraria em que se acham rasgadas; encara finalmente a grande porta e formoso guarda-vento, que parecem feitos para dar entrada a ampla basilica. Voltando-se para o lado opposto, olhando á direita, vê os oiteiros de Santo Antão, que não são destituidos de belleza; um pela sua fórma, e o outro pelas paredes da capella, que apparecem, como de vigia, por entre as esbranquiçadas rochas que o coroam; para a esquerda vê tres grandes montes, que se cortam convergentes no bello sitio do Pego; e em frente o que vê?... Vê a parte principal, e a mais magestosa e pittoresca da situação, que através do horisonte fórma uma perspectiva indizivelmente encantadora, que a natureza collocou no meio do quadro como modelo exemplar para os traços do pintor. Vê esses vetustos castellos de Obidos, erguidos no tope de uma alterosa e escarpada penedia, que tem resistido incolumes, por tantos seculos, ao poder destruidor dos homens, dos elementos e do tempo; e que, afóra pequenas deteriorações que lhes diminuem a graça primitiva, desenham-se ainda na sua caducidade com aquella poesia propria de todas as edificações dos arabes, que até nas coisas mais vulgares nunca offendiam as regras do bello. Proximo a estes, em nivelação e distancia, vê o cubello apoiado sobre enormes pedras, que parecem prestes a cair; além a torre-vedra, cujos torreões, como reductos, formam tres angulos ligados por uma alta muralha guarnecida de ameias, sobre as quaes se elevam as torres de Santa Maria, de S. Pedro e do relogio publico; além a de S. João, os arcos do aqueducto, em fim, vê um quadro onde a paizagem, rivalisando com a architectura, offerece ao espectador uma novidade phantastica, julgando-se transportado a essas regiões orientaes, cujas povoações são tão abundantes de torres e mirantes.

O templo do Senhor da Pedra não será um modelo architectonico, especialmente em todos os seus angulos, nem de uma ordem classicamente distincta, pois se encontram alli promiscuamente, a toscana e a romana, e me parece que sem erro pertence mais á composita. Abstrahindo d'esta simultaneidade, deve este edificio tornar-se particularmente notavel pela solidez e belleza de suas proporções, pela sua exacta symetria, e perfeita regularidade. Nas pedras esquadriadas de que é meio revestido, tanto interna como externamente, mostra que uma severidade varonil é o caracter dominante de todo o edificio, mas por isso mesmo que é cheio de força e uniformidade, carece de graça e ligeireza, observancia a que parece ligar-se o pensamento do auctor, em compensação do que disse M. Clerc: «*L'ordre toscan, est le plus fort et le plus simple de tous, et, avec le romain, peut être employé par toute l'architecture que demande la force et l'élégance ensemble.*»

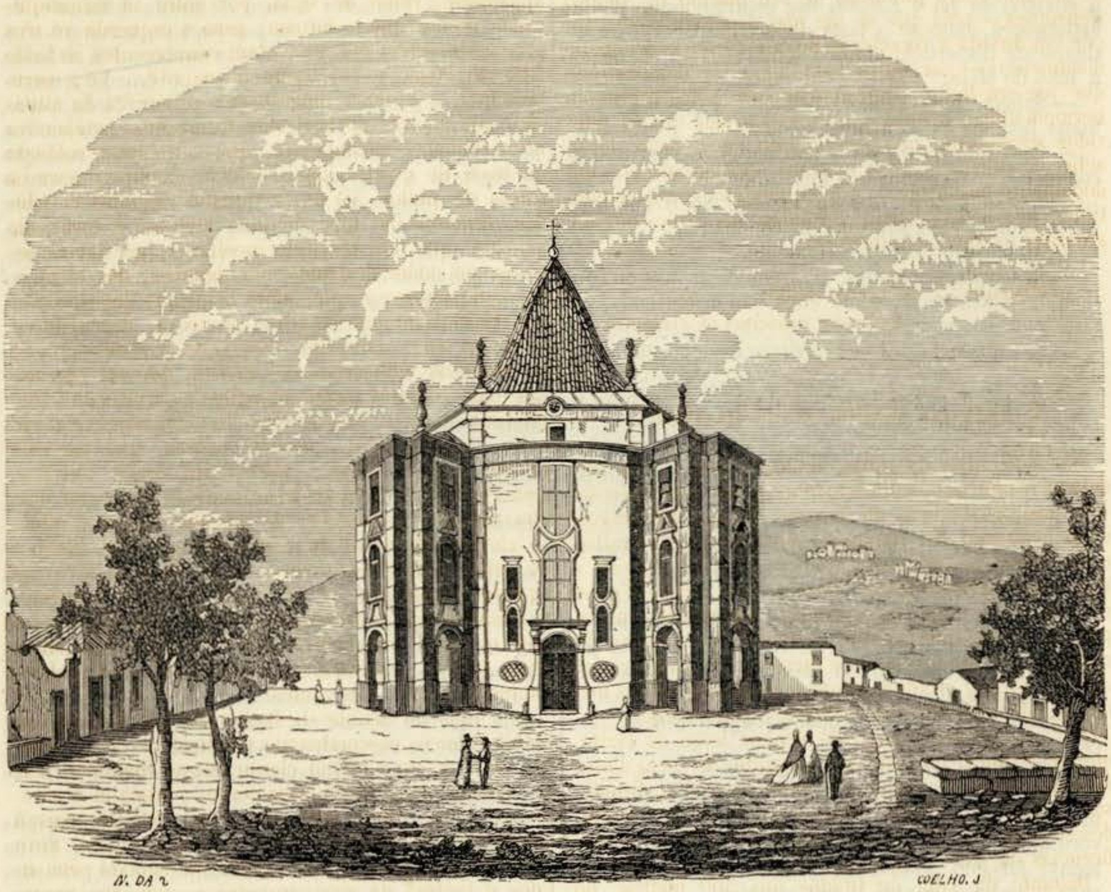
O gosto da construcção d'este templo é n'um estilo semi-italiano, assimilhando-se pela sua fórma rotunda ao famoso Pantheon que o consul Marco Vipsanio Aggripa, genro do imperador Augusto, edificou em Roma, dedicando-o a todos os deuses, principalmente a Jupiter Vingador (como diz Plinio), depois da batalha naval em que Octaviano venceu a Marco Antonio, e ficou senhor absoluto do imperio; e que depois no anno de 607 o papa Bonifacio IV consagrou á Virgem Nossa Senhora, sob a invocação de Santa Maria *ad Martyres*, hoje mais conhecido pelo nome de *la Rotonda*.

É portanto o templo do Senhor Jesus da Pedra, no seu estilo, talvez unico em Portugal, e uma das me-

lhores obras do seculo passado, que, se fosse acabado, figuraria de certo entre os bons monumentos da Europa.

As torres, que (segundo o risco que existe na egreja) subiriam a um ponto extraordinario, nem se começaram a assentar, achando-se ainda hoje em torno do edificio muita cantaria já preparada para ellas. Ao capitão Rodrigo Franco, architecto da mitra patriarchal, é devido o risco d'esta obra, que fórma em circulo o corpo exterior do edificio, com tres quadrados adjuntos e regulares; tendo um no fundo para sacristia, e os dois lateraes onde deviam pesar as torres.

Sobre a cornija da cimalha exterior corre uma varanda que tem a mais bella vista, e que deveria cercar todo o edificio, junto ás pyramides, duas das quaes faltam, como se vê na estampa. Dos lados, a pouca altura, tem mais duas varandas, e bastantes janellas



Egreja do Senhor Jesus da Pedra — por um desenho do sr. Sequeira

de fórma e tamanho differentes. Tem dois grandes sinos, e dois mais pequenos, de cujos sons me recordo com saudade.

A construcção da egreja e obras adjacentes, como são as casas de romagem, uma grande cavallariça, e um chafariz, que tudo se vê no lado direito da estampa, e mais um poço bastante fundo de cantaria, é devido ás esmolas de milhares de devotos, para as quaes não concorreu pouco a liberalidade e fé christã del-rei D. João V (o rei edificador como lhe chamou um escriptor allemão [1]), que a visitou sete annos successivos, no decurso da longa molestia que no fim da sua vida padeceu; e talvez que em consequencia da sua morte não se acabasse a obra.

Resta-me fallar da data da construcção d'este templo, do seu interior, dos cirios que alli concorrem, e de outras particularidades, o que farei quando desenhar a vista interna, que, como esta, se dará á estampa pela primeira vez.

Palacio do conde Tavarede 10 de março de 1863.

P. DE C. E SEQUEIRA.

[1] O principe Lichnowsky.

CHRONICAS DO POVO

III

O PASTOR

TRADUCÇÃO DE RODRIGO PAGANINO

(Vid. pag. 50)

Os dois militares tinham, provavelmente, suas razões para se afastar dos seus companheiros, porque estiveram muito tempo a fallar com vivacidade em voz baixa, apparecendo sempre o nome de Joanna n'esta conversação mysteriosa. Interromperam-na, porém, estremecendo.

— Não ouviste mexer ahi atraz de ti? — perguntou *Exaudi nos*.

— Ouvi, disse o enviado voltando-se.

— Está ahi alguem n'essa cama de folhas?

— Está um frade, que dorme.

— Está sósinho?

— Sósinho.

O archeiro socegou, e continuou a conversação, que

durou algum tempo ainda; depois adormeceram ambos ao pé das cinzas da fogueira.

Antes de romper o dia sentiu-se a voz de Joanna. Acordava os seus companheiros.

— Vamos, sr. João de Metz, sr. Bertrand de Poulegny, dizia ella, é tempo de tornar a pôr pé no estribo para seguir para onde Deus nos envia.

Os gentis-homens espalharam os restos do somno, e levantaram-se. Depois da reza proferida em voz alta pela camponeza, enfrearam os cavallos, tiraram-n'os para fóra e montaram todos.

Começava então a romper a manhã. Joanna viu que o enviado do rei e *Exaudi nos* estavam junto d'ella; estremeceu como se a vista d'elles lhe tivesse repentinamente dispertado alguma lembrança, e chamando a João de Metz:

— Sabeis, meu senhor, por que é que estes dois maus homens estão a meu lado?

— Para que ha de ser senão para vos servirem de conductores? — replicou o gentil-homem.

— É isso mesmo, tornou Joanna. Só o que resta saber é onde elles me querem conduzir.

— Aonde está el-rei, certamente.

— Respondeis por elles, sr. cavalleiro; mas eu, que imagino outra coisa, como elles não dizem nada, fallarei em seu logar.

— Em nosso logar! — repetiram os dois sobresaltados.

— D'aqui a pouco havemos de encontrar uma ribeira, proseguiu Joanna.

O enviado e o archeiro fizeram um movimento.

— Sobre esta ribeira acha-se uma ponte sem parapeitos.

Estremeceram.

— Estes homens hão de segurar-me nas rédeas do cavallo, com o pretexto de m'o conduzirem.

Fizeram-se pallidos.

— E quando estivermos a meio hão de atirar-me para a parte mais funda da corrente. Não foi isto mesmo o que combinaram para se livrarem d'aquella que, segundo dizeis, vos expõe a grandes perigos?

Exaudi nos e o seu companheiro juntaram as mãos espavoridos.

— Perdão, perdão, exclamaram elles.

— Pelo ceo, que é verdade. Estes dois malvados merecem ser pendurados no primeiro tronco de arvore que encontrarmos! — exclamou Bertrand de Poulegny, fazendo adiantar bruscamente o seu cavallo para o archeiro e para o seu complice.

Joanna, porém, deteve-o com o gesto.

— Deixae-os, disse ella, consideram-me ambos como feiticeira. Provar-lhes-hei, porém, que o meu poder provém de Deus e não do demonio. D'esta vez não tivemos nada a recear, porque houve um christão que me preveniu da sua malvadez. Deixae-os pois seguir-nos sem que isso vos dê mais cuidado, e pela vontade do verdadeiro Deus que nos não hão de prejudicar.

A estas palavras tomou as rédeas do cavallo, e partiu com o troço. A este tempo saiu Remy do nicho, onde estivera bem escondido, e d'onde podéra ver o resultado da advertencia que fizera a Joanna. Conservou-se junto á porta da egreja, em quanto viu ao lusco-fusco o cavallo branco da rapariga; depois tornou a entrar para acordar fr. Cyrillo e seguirem viagem.

V

Quanto mais se iam aproximando os nossos viajantes dos limites onde a auctoridade franceza se tinha conservado, mais destruido encontravam tudo, até que lhes faltaram completamente os fracos recursos que tinham encontrado até então. A população, sujeita aos ataques dos dois partidos, cançára-se de reedificar casas incendiadas e de semear cearas que eram sempre ceifadas ainda em verde; tinha deitado a fugir, e por conseguinte estava tudo deserto. Cyrillo e Remy tiveram que dar grandes voltas para passar por aldeias onde podessem achar alguns recursos; mas além de estenderem assim a sua jornada, o encontro dos partidos que devastavam o paiz expunha-os a milhares de perigos.

Que fossem pela França, pela Borgonha ou pela Inglaterra, deviam ser considerados inimigos de quem lhes não podia resistir. Os nossos viajantes foram por muitas vezes presos e postos a resgate, tanto quanto lh'o permittiam seus fracos recursos; porém quando chegaram a Tonnerre o caso foi muito differente, e, ou fosse por simulação ou por engano, tomaram-n'os por espiões e prenderam-n'os a ambos. Foi debalde que o padre instou para fallar ao governador; correram muitos dias sem que o podesse obter. Tinham-n'os mettido n'uma sala baixa onde estavam presos muitos judeus vadios, roubadores de crianças, cuja ambição se limitava a que se esquecessem d'elles até que o acaso lhes deparasse ensejo para se libertarem. O seu companheiro de cama (segundo o uso estabelecido então nas prisões, cada cama servia para tres prisioneiros), convidou-os a principio para que esperassem, como elle estava esperando, occasião propicia; mas vendo que se não conformavam com a idéa da demora, disse-lhes por fim:

— Por S. Lazaro, visto que tem tão pouca paciencia, posso dar-vos um meio de serem levados sem mais detença a fallar com o governador; mas é preciso para isso que se sujeitem por alguns dias a padecer fome e a dormir no chão.

— E que importa isso, se nos podérmos justificar? replicou Cyrillo.

— Então, continuou o preso, recusae desde hoje os direitos da carceragem; passareis desde logo para o numero d'aquelles que tem só um mólho de palha para dormirem; e como deixaes de dar lucro ao nosso carcereiro, elle tratará, para se livrar de vós, de obter em breve a audiencia do senhor que governa as cadeias.

Cyrillo seguiu este conselho, e o que o vagabundo tinha previsto aconteceu. Como o frade e Remy não produziam ao carcereiro senão o trabalho de os guardar, levou-os immediatamente ao governador para serem interrogados.

Encontraram o governador sentado, com outros militares, a uma mesa cheia de taças e picheis. Tinha uns quarenta annos, pouco mais ou menos; era um tanto repleto, e bronzeado pelos soes e pelos ventos. Tinha a testa estreita, o olhar altivo e labios delgados, que indicavam avareza ou insensibilidade.

No momento em que os dois presos se lhe apresentaram, estava elle estendendo ao seu escudeiro uma grande taça de prata esmaltada.

— Deita mais, dizia-lhe, são os judeus que pagam este abençoado licor.

— Com a condição de lhes restituirmos a importancia decuplicada, fez observar um dos convivas.

— É realmente uma vergonha ir todo o dinheiro da nobreza enriquecer aquella ignobil raça, continuou outro; tem as algibeiras cheias de obrigações nossas, de divida antiga.

— E não fallando em atreverem-se a ameaçar-nos com a justiça, acrescentou outro.

— A quem o estaes dizendo? — atalhou o governador. Não chegaram a escrever a el-rei para que fizesse com que eu lhes pagasse o que lhes devo!

— E não nos livraes d'estes lobos vorazes, sr. governador?

Este piscou os olhos.

— Devagar, devagar. Ha de achar-se meio de lhes obter quitação de todas as dividas, e isto sem esperar muito. Bebamos sempre; sou eu que vol-o digo, com animo resoluto e sem cuidados por agora.

Tinham-lhe enchido novamente o copo, que ia vasar, quando fr. Cyrillo e Remy se aproximaram. Deteve-se a meio da libação.

— Então o que é isso? — exclamou elle. Que vem cá fazer este farricoco com esse gatuno?

Depois, como se de repente se tivesse lembrado:

— Ah! já sei, replicou elle; mais espiões de Bedford! Paguem o resgate, pelo sangue de Deus! Paguem o resgate ou enforquem-n'os.

— Muito bem, disse o frade resolutamente; mas nenhum de nós merece ser nem resgatado nem enforcado; longe de sermos mensageiros de Bedford, somos leaes e sinceros francezes.

— Atreves-te a desmentir-me, tu! — replicou o governador lançando ao frade um olhar carregado; pensas talvez que me mette medo o teu habito?

— Penso que me ha de fazer respeitar, replicou Cyrillo com firmeza, porque é o uniforme de um servidor de Deus.

— Pelo ceo! Tanto me importa que seja de Deus como do diabo, exclamou o governador. Quem és? D'onde vens? Quem procuras aqui? Vamos, responde sem rodeios, ou mando-te enforcar a ti e ao teu rapaz, tão certo como eu chamar-me de Flavi.

Remy e o padre estremeceram

— De Flavi! — exclamaram ambos.

O governador olhou attento para elles.

E então? — perguntou-lhes.

— Primo da dama de Varennes?

— E d'ahi? — replicou de Flavi mais attento.

O padre Cyrillo abriu a boca para acrescentar mais algumas palavras, mas não chegou a proferil-as; o seu olhar passou involuntariamente do governador para Remy.

Este estava já tranquillo.

— Que significam essas admirações ao meu nome, exclamou elle, e porque é que fallaram na dama de Varennes? Pela minha salvação, aqui anda bruxaria. Aproximae-vos, reverendo, e se tendes algum amor á fôrma do capuz, respondei sem mais demora.

Pronunciando estas palavras, o governador de Tonnerre tinha poisado violentamente a taça na mesa. Cyrillo, que ia a responder, estremeceu e parou subitamente; acabava de ver a cabeça de boi esculpida na aza da taça do sr. de Flavi.

Veiu-lhe logo á lembrança o horoscopo de Remy, lembrou-se dos presagios sinistros que se prendiam ao signo do Toiro, e não duvidou de que tivesse chegado o perigo annunciado.

Flavi, inquieto e irritado pelo subito silencio, renovou as suas perguntas com impaciencia; o frade, porém, estava bem resolvido a não lhe dar explicação alguma. Respondeu só que ia a Touraine com auctorisação do seu prior, para tratar de um negocio de herança; e todas as diligencias que Flavi empregou não conseguiram apanhar-lhe nenhuma palavra mais. Finalmente, com a paciencia esgotada, ordenou que tornassem a metter os viajantes na prisão, e que os enforcassem no dia seguinte, como espiões conhecidos.

O padre Cyrillo ao principio considerou esta ultima ordem como uma ameaça; mas a sua inquietação tornou-se mais séria, quando na volta o carcereiro os fechou em carceres separados. Quiz fallar de novo ao governador, responderam-lhe que tinha saído de Tonnerre, á frente de uma companhia de soldados, com que devia correr os arredores por alguns dias. O carcereiro acrescentou, porém, como entre parenthesis, que Ricardo, archeiro do sr. de Flavi, tinha recebido ordem de se não esquecer dos presos, e que se lhes apresentaria com um confessor pelo romper do dia. Era, por conseguinte, impossivel qualquer duvida; o padre Cyrillo imaginára ter praticado um acto de prudencia calando a verdade, e o silencio tinha o perdido, e a Remy tambem.

Este pensamento causou-lhe uma especie de vertigem. Se se tratasse sómente de si, talvez que podesse, sem grande abalo, receber este golpe inesperado.

(Continúa)

LEITURA PARA AS ESCHOLAS

I

— O que é *civilidade?*

— A civilidade, meus meninos, é a arte de viver no mundo; a exacta observancia das leis do decoro; a séria attenção para evitar gestos ou palavras que possam desgostar, ainda que se façam ou profiram sem o intuito de offender.

— A *civilidade* é virtude?

— Não, meus meninos; porém é a imitação de certas virtudes. A civilidade apresenta-nos benevolos, indulgentes e modestos, não porque sejâmos com isso probos, mas porque de outro modo causariamos tedio.

E a civilidade, antes de reprimir as paixões, deve dissimulal-as. A dissimulação, n'este caso, não é perigoso fingimento, mas necessaria prudencia, porque é util á sociedade, e n'ella mantém a devida harmonia.

A *civilidade*, pois, não torna o homem melhor, porém mais sociavel.

— Que differença ha entre *civilidade* e *delicadeza?*

— A delicadeza é como a civilidade aperfeiçoada, porque suavisa os sentimentos, modera os transportes violentos, e dá um tom de graciosidade aos actos mais indifferentes.

Notem, porém, que a ausencia de civilidade é tamanho defeito como o excesso de civilidade; uma porque nos offende, e o outro porque nos importuna; se a primeira faz duvidar da benevolencia do homem grosseiro, o segundo faz duvidar da sinceridade do homem affectado.

A civilidade parece restabelecer a egualdade entre os homens, e até confirmar a superioridade do individuo a quem se dirige, sobre o individuo que a pratica. O melhor modo de lisongear os pequenos é sermos delicados para com elles; a civilidade do superior é quasi sempre considerada pelo inferior como especie de favor ou beneficio. N'isso está a base da popularidade.

— Pode-se definir a delicadeza de outro modo?

— Oiçam: A delicadeza umas vezes é um sacrificio de si mesmo, que se contenta em segredo com a propria approvação, e se occulta ao agradecimento; outras vezes é uma excessiva attenção e civilidade para com um infeliz; é o perdão de uma injuria ou a sua vingança por um beneficio; uma restricção dos proprios interesses; um respeito de si mesmo, que não se arroga, na ausencia de outrem, senão ao que ousaria fazer ou dizer quando elle está presente; uma fidelidade de palavra independente do interesse, e que sobrevive ao amor, á amizade, á estimação, e até á morte; é uma continuação de bons procedimentos, de respeitos e de confiança depois de uma desavença; é uma cortezia tão delicada, que só póde ser comprehendida por quem a recebe; um louvor indirecto que exalta, para com o ausente, as qualidades da pessoa presente; a condescendencia com o amor proprio de um inimigo, ou com a susceptibilidade de um homem com quem somos obrigados a ficar mal; e uma confiança em negocios ou individuos que parece não a admittirem.

— Provo com exemplos.

— Primeiro:

«Estamos no tempo de Luiz XIV. Rei com os homens, só era homem entre as mulheres; a sua delicadeza para com as senhoras era a galanteria; para

com os homens a exactidão: esta considerava elle como a verdadeira delicadeza dos reis. Nunca Luiz XIV deixou de ser exacto nas conferencias que designava, e de todos exigia a mesma pontualidade.

«A delicadeza de Luiz XIV era, ás vezes, exemplar. Um dia o conde de Lauzun, irado porque o rei não o nomeára para um cargo que lhe promettêra, entrou no paço, e, quebrando a espada na presença de sua magestade, disse-lhe:

«— Não quero servir um rei que faltou á sua palavra.

«Luiz XIV arremessou a bengala pela janella, exclamando:

«— Não se diga que bati n'um fidalgo.

«Nunca se humilhou um homem com maior delicadeza; nunca se levou mais longe o preceito das conveniencias. A civilidade não é outra coisa.

— Segundo exemplo:

«Frederico II, da Prussia, tomava tabaco. Para evitar o trabalho de procurar na algibeira, tinha o cuidado de collocar uma caixa em cima de cada mesa ou fogão das suas camaras. Certo dia viu do seu gabinete, que um dos pagens, julgando não ser observado, mettia sem ceremonia os dedos na caixa real, aberta na mesa da camara visinha. O rei não disse nada; mas, passado uma hora, pediu-lhe a caixa, e, convidando o indiscreto a tomar uma pitada, perguntou-lhe:

— Achas bom o tabaco?

— Muito bom, senhor.

— E a caixa?

— É magnifica!

— Pois arrecada-a, porque a julgo demasiadamente pequena para ambos.

Ahi tendes, meus meninos, como se póde alliar a delicadeza com a magnanimidade.





Fac-simile da medalha conferida aos expositores premiados na Exposição Agricola do Porto em 1860

EXPOSIÇÃO AGRICOLA DO PORTO (1860)

A demonstração, a evidencia irrecusavel das vantagens e proveito da reforma dos processos agricolas, patentêa-se nas exposições dos productos da terra, obtidos pelos novos inventos. Tarde chegou a Portugal este uso tão proficuo em Inglaterra e na França. Mas felizmente vingou, e já gozâmos muitos dos seus bons resultados.

Em 1851, fallando o sr. A. Herculano da «Granja do Calhariz», fundada pelo fallecido duque de Palmella, dizia:

Em vez de subministrarem aos cultivadores portuguezes as razões scientificas (para a maior parte d'elles inintelligiveis), pelas quaes se lhes aconselham, como preferiveis, taes systemas, taes methodos, ou taes especies de cultura, não seria melhor, mais perceptivel para todos, pôr ao lado da regra o exemplo, ao lado da theoria o facto, mas facto positivo, concludente, irrecusavel, porque é d'esta terra, está aqui, onde todos o podem verificar? Não valeria isto tanto como as mais uteis paginas de Thaer, de Dombasle, ou de Gasparin, bem ou mal traduzidas, bem ou mal soldadas, mas quasi sempre obscuras para uma população rural, pouco illustrada na sua generalidade?

Foi o que se fez, creando as exposições agricolas, onde, a par dos novos instrumentos aratorios, se via a perfeição e barateza dos fructos que por meio d'elles se alcançavam.

Lisboa deu o exemplo, como era de razão, abrindo em 1851 a primeira exposição agricola em Portugal, que foi uma riquissima ostentação dos productos do solo de quasi todo o reino, e dos novos instrumentos de lavoira já experimentados entre nós.

O Porto, capital da provincia mais fertil e laboriosa da monarchia, onde ha muitos annos existe uma sociedade agricola, com um excellente jornal, não podia deixar de exhibir, opportunamente, os aperfeiçoamentos que, pelos seus esforços, tinha conseguido a agricultura das provincias do norte.

Este intento, que a cidade do Porto havia manifestado por vezes, só o póde realisar em 1857 e melhor em 1860.

No campo da Torre da Marca se fez esta magnifica exposição, a cuja abertura foi assistir el-rei D. Pedro V, de seu moto proprio, patenteando d'este modo a affeição que sempre teve aos portuenses, irmãos de armas de seu inclyto avô; e juntamente quanto lhe alegravam o attribulado animo os progressos da principal fonte de riqueza e engrandecimento do seu reino, a agricultura.

Subiu a 2:066 o numero dos expositores, 43 dos quaes foram premiados com a medalha, cujo fac-simile damos hoje em gravura.

Foi a «Sociedade Agricola do Porto», a promotora d'esta exposição, sobresaindo a todos os que tanto se empenharam e lidaram para que ella fosse tal qual se admirou, o sr. A. Ferreira Girão, redactor *em chefe* do *Jornal da Sociedade Agricola do Porto*, e um dos mais assiduos escriptores de tão util periodico.

Em homenagem a este acto de publica dedicação do grande rei, de saudosissima memoria, e para que se transmittisse ás edades futuras, a sociedade promotora da exposição o commemorou no reverso da medalha, como se vê da gravura junta.

Sem querermos contestar as vantagens que já temos colhido das exposições industriaes, somos dos que acreditam mais nas de agricultura, por ser esta a que nos ha de erguer do abatimento em que nos achâmos.

Lisboa — Typographia de Castro Irmão — rua da Boa-Vista — Palacio do Conde de Sampaio.